

ISS CARUARU-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU - PERNAMBUCO

AUDITOR FISCAL MUNICIPAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL NO 01/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



ISS Caruaru - PE
Auditor Fiscal Municipal

PORTUGUÊS

Leitura e compreensão de textos variados.....	1
Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	6
Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos.....	15
Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	25
Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	27
Transitividade verbal e nominal. Regência verbal e nominal	34
Estrutura, classificação e formação de palavras	36
Funções e classes de palavras	42
Flexão nominal e verbal. Verbos: pessoa, número, tempo e modo; Vozes verbais	57
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	61
Figuras de linguagem	62
Funções da linguagem	68
Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos;.....	69
Acentuação gráfica.....	71
Pontuação: regras e efeitos de sentido. Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	73
Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	78
Crase	84
Ortografia.....	88
QUESTÕES.....	96
Gabarito.....	104

RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com conjuntos.....	1
Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial	4
Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela- verdade. Tautologias. Condição necessária e suficiente.....	13
Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos.....	20
Equivalências e implicações lógicas	26
Quantificadores universal e existencial	33

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Problemas de Contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações.....	38
Noções de Probabilidade	40
Questões	42
Gabarito.....	48

INFORMÁTICA

Modalidades de processamento.....	1
Organização e Arquitetura de computadores: conceitos, tipos, características, componentes de hardware e funcionamento, principais periféricos e dispositivos de entrada e saída, unidades de armazenamento, memória, conexão e conectores, operação.....	7
Software: Software Livre, software básico e aplicativo, utilitários, sistemas operacionais: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos.....	14
Ambientes Windows 10BR / 11BR e Linux: conceitos, características, “distribuições Linux” versões de 32 e 64 bits, instalação, pastas e diretórios, configuração e utilização dos recursos, utilitários padrão, principais comandos e funções, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	18
Sistemas de arquivos, Operações com arquivos, permissões e segurança de arquivos	35
Editores, Processadores de Textos, Planilhas, Softwares de Apresentação e Bancos de Dados: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos; Pacotes MS Office BR em suas últimas versões (Word, Excel, PowerPoint, Access) e LibreOffice 24.8.2.1 versão em português ou superior (Writer, Calc, Impress, Base), nas versões de 32 e 64 bits; Edição e formatação de textos. Criação e uso de planilhas de cálculos; Criação e exibição de Apresentações de slides; Microsoft 365 em português: conceitos, características, componentes, instalação, configuração, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	39
Noções básicas de bancos de dados.....	59
Segurança da Informação, de equipamentos, de sistemas, em redes, na internet e na nuvem: conceitos, características, pilares, vírus x antivírus, backup, firewall, criptografia, cuidados	71
Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD)	90
Redes de computadores: conceitos, características, meios de transmissão, conexão, cabos e conectores, protocolos, topologias, tecnologias, padrões, redes cabeadas e wireless/wi-fi, Modelo de Referência OSI/ISO, arquitetura TCP/IP, utilitários básicos para configuração e verificação de redes, máscara de rede/sub-rede	113
Internet X Web: conceitos, características, internet x intranet x extranet, utilização de ferramentas e recursos, browsers Edge x Google Chrome X Mozilla Firefox nas versões atuais de 32 e 64 bit, navegação, correio eletrônico, webmail, softwares Mozilla Thunderbird e Outlook nas versões atuais de 32 e 64 bits, sítios e ferramentas de busca e pesquisa na internet.....	123
Redes Sociais e Computação em nuvem: conceitos, características, principais redes e serviços, uso dos recursos	139

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ferramentas Google: Gmail; Google Meet; Google Documentos; Google Planilhas; Google Drive; Google Agenda: conceitos e características, uso dos recursos.....	144
Microsoft Teams: conceitos e características, uso dos recursos.....	149
Questões	158
Gabarito.....	166

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

O Sistema Tributário Brasileiro: Os princípios constitucionais tributários: Normas orçamentárias; Limitações ao poder de tributar	1
A repartição das receitas tributárias	1
Orçamento público –PPA, LDOeLOA.....	9
Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/64)	13
Código Tributário Nacional: Tributos e suas espécies; Características.....	30
Normas gerais de Direito Tributário: Vigência e aplicação da legislação tributária municipal; Interpretação e integração da legislação tributária; Código Tributário Municipal: Normas gerais. Características dos tributos municipais; Administração tributária municipal; Processo administrativo-fiscal; Código Tributário Nacional;Código Tributário Municipal e legislação complementar	36
Obrigação tributária: Fato gerador,sujeito ativo e sujeito passivo; Solidariedade e capacidade tributária; Domicílio tributário; Responsabilidade tributária.....	36
Crédito tributário: Lançamento.Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário; Renúncia fiscal; Garantias e privilégios.....	43
Administração tributária: Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias	55
Ações de Combate à sonegação fiscal: Crimes contra a ordem tributária(Lei nº 8.137/90)	59
Auditoria Tributária (técnicas de auditoria fiscal,procedimentos de fiscalização, cruzamento de dados, indícios de fraude,planejamento fiscal e malha fiscal)	64
Plano Anual de Fiscalização.....	68
Notificação e Intimação de Atividade Fiscalizatória.....	72
Fiscalização junto a contribuintes específicos: Fiscalização eletrônica e digital, Nota Fiscal Eletrônica,escrituração digital, uso de dados bancários e financeiros	75
Legislação atualizada: Lei de Responsabilidade Fiscal	79
Lei Orgânica do Município.....	107
Lei de Estrutura da Administração Pública Municipal.....	148
Questões	149
GABARITO	154

SUMÁRIO



NOÇÕES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Sistema Contábil, Subsistemas de Contas: Orçamentário, Patrimonial, Custos e Compensado	1
Variações Patrimoniais: qualitativas e quantitativas	7
Reconhecimento da receita e da despesa orçamentária, procedimentos contábeis referentes à receita e à despesa orçamentária	13
Controle da execução da despesa orçamentária, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, suprimentos de fundos	20
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): conceito, estrutura e composição	25
Escrituração dos principais fatos da administração pública: arrecadação das receitas correntes e de capital, arrecadação da receita de dívida ativa, realização das despesas correntes e de capital, restos a pagar, operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, inscrição de dívida ativa tributária e não tributária, incorporação de bens, reconhecimento da valorização de bens, baixa por cancelamento de dívidas passivas de créditos fiscais inscritos, registro da depreciação acumulada de bens móveis e imóveis, restituições a pagar; cauções recebidas e devolvidas, fianças recebidas e devolvidas e consignações em folha de pagamento e lançamentos de encerramento do exercício financeiro.....	32
Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público (de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da STN): Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa (conceitos, estrutura, composição, análise técnica de elaboração).....	38
Questões	43
Gabarito.....	49

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Classificação das constituições.....	1
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos sociais; Direito políticos; Nacionalidade e cidadania, direitos políticos	4
Organização político-administrativa: União, estados, Distrito Federal e municípios.....	20
Poder Executivo: Atribuições do presidente da República; Atribuições dos Ministros de Estado	32
Poder Legislativo: Congresso Nacional: Câmara dos Deputados, Senado Federal, deputados e senadores; Processo legislativo	38
Poder Judiciário: Órgãos do Poder Judiciário e suas competências; Conselho Nacional de Justiça: composição e competências	56
Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública e Defensoria públicas	79



Sistema tributário nacional: Princípios gerais do sistema tributário nacional; Limitações ao Poder de Tributar.....	86
Ordem econômica e financeira.....	100
Ordem social	113
Controle de constitucionalidade	137
Jurisprudência do STF e do STJ.....	142
Questões	142
GABARITO	148

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: Princípios do Direito Administrativo.....	1
Administração Pública Direta e Indireta; Entidades da administração pública indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista .	7
Poderes administrativos: Poder vinculado; Poder discricionário; Poder vinculado; Poder hierárquico; Poder disciplinar; Poder regulamentar; Poder de polícia; Abuso de poder	13
Serviços Públicos: Conceito de serviço público; Princípios do serviço público; Classificação dos serviços públicos; Permissão e concessão de serviços públicos	17
Atos administrativos: Conceito e atributos do ato administrativo; Anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos; Classificação dos atos administrativos; Controle dos atos administrativos	21
Processo Administrativo	27
(Lei 14.133/2021); Licitações públicas e contratos administrativos	34
Servidores públicos	45
Improbidade administrativa	125
Jurisprudência do STF, STJ e TCU	130
Questões	130
GABARITO	136

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

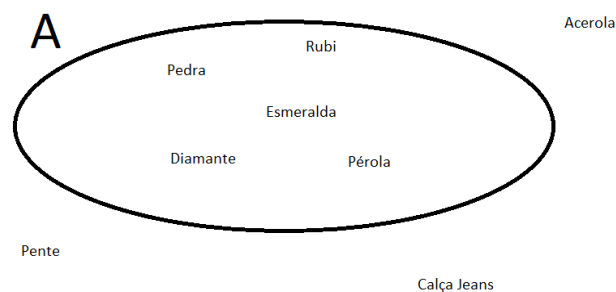


Raciocínio Lógico

Um conteúdo matemático comum de ser associado com a temática da lógica é a *Teoria de Conjuntos*. Veremos que podemos estabelecer diversas relações entre os temas, enriquecendo ainda mais nosso repertório de abordagem para as questões. Mas primeiro devemos entender do que se trata um conjunto.

Um **conjunto é uma coleção de objetos quaisquer**. Podem ou não seguir alguma lógica para se formarem. Podemos elencar um conjunto através de enumerar seus objetos (um conjunto formado por parafuso, prego e uma chave de fenda), ou a partir de uma “lei” (conjunto de ferramentas que tenho em casa: chave de fenda, furadeira, chave inglesa, entre outras). Além disso, cada um desses objetos pertencentes a um conjunto iremos chamar de **elemento**. Assim, um conjunto é formado por uma coleção de elementos.

Iremos chamar os conjuntos através de letras *maiúsculas* (A, B, C, X, Y, Z, ...), enquanto que seus elementos por letras *minúsculas* (a, b, c, ...).



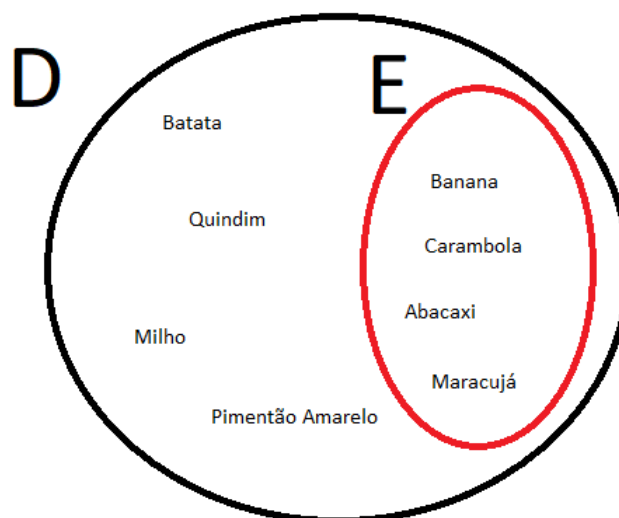
Fonte: autor

Podemos listar que Pedra, Rubi, Esmeralda, Pérola e Diamante **pertencem** a esse conjunto A, enquanto Pente, Jeans e Acerola **não pertencem**.

Simbolicamente, podemos definir o conjunto A enumerando seus elementos da seguinte forma:

$$A = \{\text{Pedra; Rubi; Esmeralda; Diamante; Pérola}\}.$$

Podemos ter também subconjuntos, ou seja, um conjunto dentro de outro. Se criássemos um conjunto onde seus elementos são *alimentos amarelos*, poderíamos agrupar seus elementos e obter um subconjunto com *frutas amarelas*.



Fonte: Autor



► Conceito de processamento de dados

Dados, processamento e informação

Em informática, processamento de dados é o conjunto de operações realizadas sobre dados de entrada com o objetivo de transformá-los em informações úteis. Os dados, isoladamente, podem representar números, textos, códigos, imagens, sinais ou registros ainda sem interpretação suficiente para determinada finalidade. O processamento organiza, compara, calcula, classifica, combina ou modifica esses dados de acordo com regras previamente definidas.

Um sistema computacional pode, por exemplo, receber como dados de entrada as notas de um estudante. Em seguida, realiza cálculos para obter a média e aplica uma regra para determinar sua situação acadêmica. A média e a indicação de aprovação ou reprovação constituem informações produzidas a partir dos dados inicialmente fornecidos.

Ciclo básico do processamento

O funcionamento de muitos sistemas pode ser compreendido por meio de um ciclo formado por entrada, processamento, saída e armazenamento. Embora nem toda aplicação apresente essas etapas de maneira visível ao usuário, elas constituem uma referência importante para compreender o fluxo de informações.

Quando uma enumeração dessas etapas facilita a compreensão, pode-se observá-las da seguinte forma:

- **Entrada:** corresponde à inserção ou obtenção dos dados que serão tratados pelo sistema.
- **Processamento:** corresponde à execução de operações lógicas, matemáticas ou organizacionais sobre os dados.
- **Saída:** corresponde à apresentação ou disponibilização dos resultados produzidos.
- **Armazenamento:** corresponde à conservação de dados e resultados para utilização posterior.

Em um sistema de vendas, por exemplo, a leitura do código de barras representa uma entrada. A consulta do preço e o cálculo do total constituem processamento. A exibição do valor na tela ou a impressão do comprovante representam saídas, enquanto a gravação da venda em um banco de dados corresponde ao armazenamento.

► Classificação das modalidades de processamento

CrITÉRIOS de classificação

As modalidades de processamento podem ser classificadas segundo diferentes critérios. Uma classificação pode considerar o momento em que os dados são processados, enquanto outra pode considerar a localização dos recursos computacionais ou a maneira como diferentes unidades de processamento participam da execução.

Por isso, expressões como processamento em lote, processamento em tempo real, processamento distribuído e processamento paralelo não são necessariamente categorias mutuamente excludentes. Um mesmo sistema pode apresentar simultaneamente várias características.

Uma plataforma de comércio eletrônico, por exemplo, pode utilizar processamento on-line para registrar pedidos, processamento distribuído para dividir serviços entre diferentes servidores e processamento em lote para gerar relatórios ao final do dia.



Sistema Tributário Brasileiro

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Noções de Direito Constitucional
Bons estudos!



A repartição das receitas tributárias

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

A Repartição de Receitas Tributárias¹ é tema bastante exigido nas provas de concursos públicos. Sua disciplina consta dos arts. 157 a 162 da CF.

Repartição de receitas tributárias (arts. 157 a 162 da CF) é o conjunto de normas constitucionais que versam sobre a distribuição do montante arrecadado com determinados tributos. Assim, em alguns casos, a Constituição Federal atribui parcela do valor obtido com a cobrança de um tributo a entidades federativas diversas daquelas que detêm a competência para sua instituição.

A repartição de parte da arrecadação tributária, entre os entes políticos tributantes, é meio de garantia da autonomia política dos entes federados, que restarão inexistentes se divorciadas da autonomia financeira.

Como é sabido, à União competem mais impostos do que aos Municípios, Distrito Federal e Estados-membros da Federação. A soma algébrica dos impostos municipais (três) e estaduais (três) não excede o número de impostos federais (nove ao todo). Saliente-se que competem ao DF os três impostos municipais e os três impostos estaduais.

Ante o tamanho desequilíbrio de competências, com nítida concentração de renda nos cofres da União, o legislador teve por bem estabelecer a repartição de suas receitas, cabendo à União o repasse de valores aos Estados e Distrito Federal, e, aos Estados, o repasse de valores aos Municípios. Fato é que estes – os Municípios – não deverão realizar quaisquer repasses, somente deles integrar, absorvendo-os, em função da inexistência de entidade subalterna. Seguindo o mesmo raciocínio, o Distrito Federal, por não ser formado por municípios, não os fará. Dessa forma, os Municípios e o Distrito Federal não repartem, somente se beneficiam da repartição.

A rigor, o tema repartição de receitas não integra o objeto específico de interesse do Direito Tributário (art. 4º, II, do CTN), sendo mais propriamente um assunto pertinente ao campo do Direito Financeiro.

Repartição de Receita não altera competência

A existência de comando constitucional estabelecendo regra de repartição de receita não modifica a competência tributária transferindo-a para a entidade beneficiária da repartição.

Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Assim, por exemplo, embora o art. 157, I, da CF declare que 100% do Imposto de Renda retido na fonte sobre a remuneração paga por Estados aos seus servidores permaneça com os Estados, o Imposto de Renda continua sendo um imposto de competência da União.

¹ [Mazza, Alexandre. Curso de direito tributário. (10th edição). Editora Saraiva, 2024.]



Noções de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

O sistema contábil pode ser compreendido como o conjunto organizado de procedimentos, contas, registros, documentos, critérios de mensuração e mecanismos de controle utilizados para identificar, reconhecer, registrar, processar e evidenciar os eventos que afetam ou podem afetar uma entidade. Sua função não se limita à escrituração: ele transforma acontecimentos econômicos e administrativos em informações úteis para controle, prestação de contas, avaliação de desempenho e tomada de decisão.

Na Contabilidade aplicada ao setor público, essa estrutura assume especial importância porque a entidade deve acompanhar simultaneamente a execução do orçamento, a composição e as alterações do patrimônio, os custos dos serviços públicos e determinados atos administrativos que possam produzir efeitos futuros.

A Contabilidade como sistema de informação

Todo evento relevante passa por um processo de identificação, classificação, registro e posterior evidênciação. Um pagamento de fornecedor, por exemplo, não representa apenas uma saída de dinheiro. Dependendo da operação, ele pode estar relacionado à execução de uma despesa orçamentária, à baixa de uma obrigação previamente reconhecida e ao movimento de disponibilidades.

O sistema contábil, portanto, deve permitir diferentes perspectivas sobre um mesmo evento sem confundilas. Essa característica explica a utilização de subsistemas ou naturezas de informação.

► Contas contábeis e lógica dos registros

As contas são instrumentos utilizados para representar elementos patrimoniais, variações, controles e etapas da execução orçamentária. Cada conta possui uma finalidade determinada e deve ser movimentada de acordo com a natureza do evento registrado.

Atos e fatos contábeis

Fatos contábeis produzem alterações no patrimônio, qualitativas ou quantitativas. A compra de um equipamento, o reconhecimento de uma obrigação e o consumo de determinado material são exemplos de fatos que podem produzir repercussões patrimoniais.

Atos administrativos, por sua vez, podem não alterar imediatamente o patrimônio, mas ser relevantes para controle porque possuem capacidade de produzir consequências futuras. Contratos, garantias concedidas e determinadas responsabilidades assumidas ilustram essa situação.

► Subsistemas e naturezas da informação

A divisão do sistema contábil em perspectivas específicas permite organizar os registros conforme o objeto observado. Tradicionalmente, são estudados os subsistemas orçamentário, patrimonial, de custos e de compensação. Na terminologia contemporânea da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte dessas informações também é tratada por meio das naturezas orçamentária, patrimonial e de controle, enquanto a informação de custos possui finalidade gerencial própria.

Cada perspectiva responde a perguntas distintas:

- O subsistema orçamentário evidencia o que foi previsto, autorizado e executado no orçamento.
- O subsistema patrimonial demonstra quais ativos, passivos, variações e resultados afetam o patrimônio.
- O subsistema de custos procura determinar quanto custa produzir bens, prestar serviços ou executar atividades.
- O subsistema de compensação ou controle acompanha atos e situações que não provocam necessariamente efeito patrimonial imediato, mas precisam ser monitorados.



SENTIDO SOCIOLÓGICO; SENTIDO POLÍTICO; SENTIDO JURÍDICO; CONCEITO, OBJETOS E ELEMENTOS

No tocante aos sentidos sociológico, político e jurídico, são analisados pela doutrina, quando da análise das denominadas “perspectivas”¹. Mesma observação com relação ao denominado objeto.

Dando-se prosseguimento aos nossos estudos, passaremos a analisar os denominados elementos da Constituição. Tal denominação surgiu em virtude de as normas constitucionais serem divididas e agrupadas em pontos específicos, com conteúdo, origem e finalidade diversos.

Conquanto haja essa divisão e o agrupamento em questão, é de se registrar que nossa doutrina é divergente com relação aos elementos da Constituição, não se podendo afirmar que uma classificação está correta e a outra errada.

Em que pese essa divergência, remetemos à clássica divisão dada pelo Professor José Afonso da Silva. Senão, vejamos.

- **Elementos orgânicos** – estabelecem as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder (Títulos III e IV da CF);
- **Elementos limitativos** – dizem respeito às normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação estatal;
- **Elementos socioideológicos** – estabelecem o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado intervencionista (Título VII, da CF);
- **Elementos de estabilização constitucional** – são as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da CF, do Estado e das instituições democráticas. Eles constituem os instrumentos de defesa do Estado e buscam garantir a paz social (Arts. 34 a 36 da CF);
- **Elementos formais de aplicabilidade** – encontram-se nas normas que estabelecem regras de aplicação da Constituição (ADCT — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

► Classificações das Constituições

Registre-se que a doutrina brasileira costuma utilizar variados critérios de classificação das constituições, existindo variação entre eles.

- **Quanto à origem** – as Constituições poderão ser outorgadas (aquelas impostas pelo agente revolucionário que não recebeu do povo a legitimidade para, em nome dele, atuar), promulgadas (fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo).

Também é denominada democrática, votada ou popular), cesaristas (não são propriamente outorgadas nem democráticas, ainda que criada com a participação popular, vez que essa visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder).

Conhecidas também como bonapartistas) e pactuadas ou dualistas (são aquelas que surgem por meio de um pacto entre as classes dominante e oposição).

- **Quanto à forma** – as Constituições podem ser escritas (instrumentais) ou costumeiras (não escritas).
- **Quanto à extensão** – elas podem ser sintéticas (aquelas que apenas vinculam os princípios fundamentais e estruturais do Estado. São também denominadas de concisas, breves, sumárias, sucintas ou básicas) ou analíticas (são as Constituições que abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem por fundamentais. São também conhecidas como amplas, extensas, largas, prolixas, longas, desenvolvidas, volumosas ou inchadas).
- **Quanto ao conteúdo** – material ou formal.

¹ <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



Noções de Direito Administrativo

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
É um regime mais abrangente	É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público
Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

► Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/1988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos:

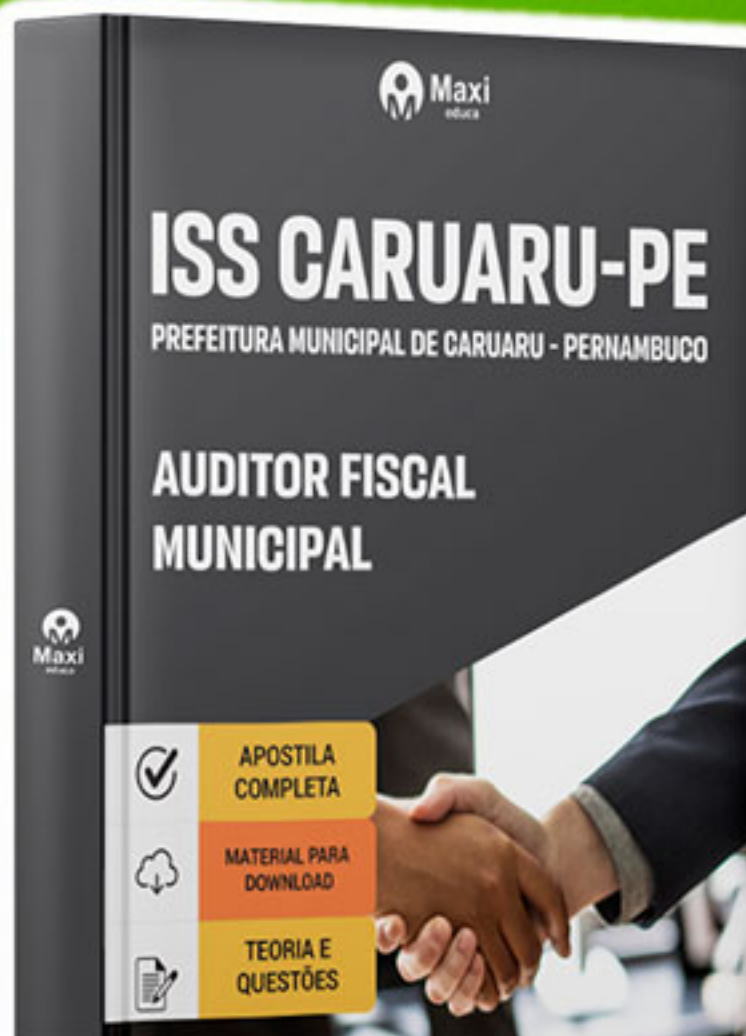
São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade:

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!